

O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA – RJ: MOBILIZAÇÕES E PEDAGOGIAS INSURGENTES

Fabiana Helena da Silva[1]

Isabella Silva de Melo[2]

Círculo de Saber: Conhecimento, saberes e práticas educativas nos movimentos sociais e comunidades tradicionais

Resumo: Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado realizada na Comunidade de Remanescentes de Quilombolas da Ilha da Marambaia - RJ. Registrada no Comitê de Ética e Pesquisas com Seres Humanos sob o número CAAE77030424.7.0000.0311 e concluída em 2025. Esta pesquisa etnográfica teve como objetivo, testar e implementar práticas educativas que possibilitassem o acesso dos membros da comunidade na universidade. Considerando a relevância das lacunas deixadas pelo poder público no âmbito educacional básico nas comunidades tradicionais, e a ausência do ensino médio na Ilha da Marambaia, na ocasião desta pesquisa, foi implementado o Projeto de Leitura de Editais, no qual editais de acesso à Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foram explicitados em seus mínimos detalhes. Foram desenvolvidas oficinas de escrita com a mediação das mulheres da comunidade, aulas de redação de memorial descritivo, rodas de conversa com as mais velhas da comunidade. Este trabalho com a comunidade, e não apenas na comunidade, resultou no acesso de quatorze membros à universidade, o que corrobora com o pensamento de Mariléia de Almeida (2022) sobre a criação de ambientes seguros e afetuosos por parte das mulheres quilombolas em seus territórios.

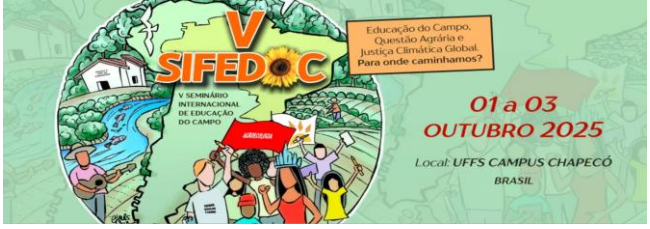
Palavras-chave: Quilombo; Acesso; Educação do Campo.

Introdução

Sou agricultora, registrada na EMATER de Seropédica, onde conheci o curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ. Minha entrada neste curso ocorreu no ano de 2018 e desde então, passei a levar meus cadernos da faculdade para a feira, onde trabalhei até janeiro de 2025, local onde conheci Rita Marçal, quilombola da Marambaia e membra da diretoria da comunidade na ocasião. A minha amizade com Rita Marçal foi o canal que me fez conhecer as questões escolares da Marambaia e a dificuldade no acesso ao ensino médio inexistente na ilha na ocasião. Contudo, mesmo diante dessas dificuldades, existia o sonho de cursar a universidade.

[1] Doutoranda em Ciências Sociais UFRRJ/Professora Substituta na Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ E-mail: fabiana.silva@ufrrj.br

[2] Graduanda em Ciências Sociais UFRRJ/ Membra PET Educação do Campo UFRRJ. E-mail: isabellamelo15@ufrrj.br

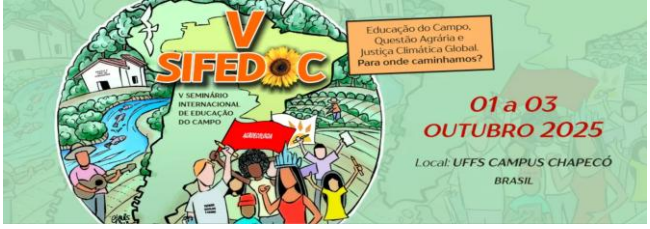


A inserção do Projeto de Leitura de Editais da Licenciatura em Educação do Campo – LEC na Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia foi realizado em 2021, em formato de trabalho totalmente voluntário, baseado em incursões à comunidade, previamente agendadas, junto à diretoria da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia – ARQIMAR, responsável também por mediar minha autorização de entrada na ilha com a Marinha. Os ajustes para os encontros foram realizados através de grupo de conversas online, criado pela sobrinha de Rita, Rayane Marçal, assim como outros assuntos e dúvidas, foram previamente sanadas através deste canal de comunicação, que durante muito tempo foi nosso único meio de comunicação, devido aos ajustes do final da pandemia.

Nossa primeira empreitada, foi no segundo semestre de 2022, quando realizamos 14 inscrições para o vestibular, antes disso, vivemos o processo de conversar no grupo de mensagens, tirar dúvidas e tentar encontrar pessoas interessadas na ilha, resolver a questão da documentação do Ensino Médio, histórico e diploma. Nesta ocasião, alguns candidatos da ilha iniciaram uma negociação com as escolas onde estudaram no continente, a fim de conseguirem a entrega de seus documentos oficiais, em alguns casos, o documento de alguns estudantes estava em pendência e não ficariam prontos a tempo de sua participação no processo seletivo.

Todo ano acontecem duas chamadas deste vestibular, para turmas do primeiro e do segundo semestre. A prova consiste na escrita do memorial descritivo e não identificado, nele são avaliados os perfiz dos candidatos, que deve atender as especificidades do curso, como a sua relação com o território. A Educação do Campo, considera que a experiência do candidato dentro de seu território, adquiridas a partir das suas relações sociais, constituem uma gama de conhecimentos e esses aprendizados, memórias e vivências interessam ao curso, especialmente pela sua proposta formativa de educação popular e pedagogia da alternância. Desde modo, a escrita desta redação é uma etapa muito importante para o candidato.

Realizamos três encontros, um para inscrição e explicação sobre o curso, momento em que realizamos uma oficina de redação, mediado por Dona Lídia, Dona Dulce e Vânia Guerra, a qual será detalhada em outro momento deste texto. Um segundo encontro foi realizado na Marambaia já com o edital aberto, na ocasião um grande mutirão se formou em torno de uma mesa, para escanear os documentos



pessoais dos candidatos. Em outra mesa, os candidatos passaram a limpo suas redações e individualmente eram auxiliados no envio do seu texto, junto com os documentos pessoais digitalizados.

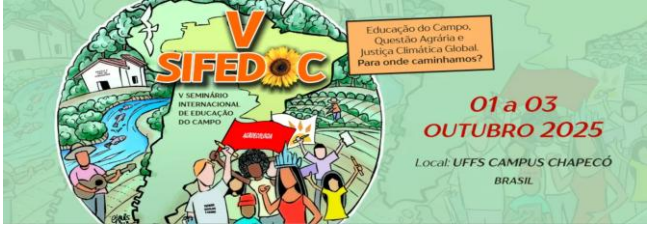
Nesta ocasião, realizamos juntos o envio de e-mails e em alguns casos, os candidatos ainda precisavam criar uma conta, ou utilizar um telefone emprestado, pois não tinha celular. Percebemos algumas faltas de clareza no edital, com datas de envio de documentos e nos questionamos sobre o quanto esses documentos se ocupam em produzir burocracias. Algumas dessas observações foram sanadas pela coordenação do curso e outras, sinalizadas para posterior modificação no edital seguinte.

Colecionamos problemas com o uso de tecnologias utilizadas para comprimir arquivos e tivemos algumas dificuldades com o sinal de internet na ilha, mais ao fim, conseguimos realizar todas as inscrições. Finalizadas as inscrições, passamos a fazer as fotos 5x7 com fundo branco, utilizando a parede caiada da sala da diretoria da comunidade, como se fosse um estúdio fotográfico. Fizemos todas as imagens e em seguida enviamos para um estúdio fotográfico no continente, que tratou as fotos e imprimiu no tamanho necessário para preenchimento das documentações das políticas de cotas raciais.

Nosso trabalho coletivo, que aqui chamo de aquilombamento, resultou na homologação de todas as inscrições realizadas, o que foi uma vitória importante, comemorada no grupo de Whats App com uma chuva de figurinhas, áudios, emoji de fogos de artifício e mesmo com um oceano nos separando, pudemos sentir de perto a emoção da nossa conquista e nos abraçamos bem forte no final de semana seguinte, quando eles saíram da ilha para fazer a prova. O ponto de encontro foi a minha barraca de plantas em Itacuruçá.

Acompanhamos o andamento do concurso ansiosos, mas na ocasião, não contávamos com um apoio de outros voluntários. Aos poucos, os resultados foram nos entusiasmando, vibrávamos a cada fase vencida, porém não tivemos muito êxito e gradativamente fomos sentindo a dor de não conseguir.

Dos quatorze inscritos, efetivamente apenas dois jovens foram classificados. No dia da matrícula, a meteorologia apresentava um clima instável, com



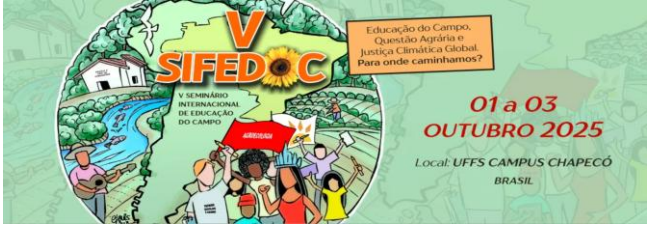
possibilidades de pancadas de chuva e vento. Por este motivo a anergia acabou na ilha, ficamos sem sinal de dados e perdemos a matrícula desses dois candidatos.

Neste momento fica nítida a situação de precariedade em que vive uma comunidade ilhada, com apenas dois horários de transporte diários, manhã e tarde. Precariedade que para além da mobilidade, se estende à escolarização e a falta de infraestrutura, como uma rede elétrica adequada, sinal de internet. Essa precariedade remete a pensar na margem e nas práticas do estado identificadas por Veena Das e Deborah Poole (2008), às quais essas pessoas são expostas cotidianamente, e cuja lógica opressora e excludente, herança do colonialismo, opera no sentido de negar uma formação de qualidade, crítica e autônoma.

Diante do exposto, começamos a nos preparar para o próximo edital, a necessidade de elevar as notas desses candidatos foi sanada pelas de oficinas de redação. Os ilhéus da Marambaia, notavelmente, não receberam uma formação de ensino médio equiparada aos demais concorrentes do vestibular. A condição de estudo acessada por eles foi precarizada, translado difícil dentro da própria ilha até o cais, seguida de uma longa travessia ao continente de barco, de mais de uma hora de duração, isso quando as condições climáticas permitiam que eles pudessem ir assistir as aulas. Somado a tudo isso, a dificuldade em chegar em casa a noite, para estar no outro dia as cinco da madrugada no cais.

Tomei a decisão de mobilizar a turma via whats app diariamente, através de mensagens explicativas e lúdicas. Além disso, duas professoras foram convidadas para atuarem como voluntárias neste processo, a Ediléia de Carvalho e a Kátia Antunes Zephiro. Recebemos apoio pedagógico, adequado à temporalidade e as especificidades destes candidatos. E foi assim que diariamente, via grupo de mensagens, trabalhamos para manter a esperança, até que outro vestibular abrisse.

Na ocasião deste novo vestibular, tivemos 14 inscritos, 12 aprovados, e desses, 10 permanecem estudando, duas precisaram trancar por conta de gravidez e trabalho, Renata e Rayane. A escrita do memorial, desta vez foi presencial, e realizada dentro do Quilombo do Bracuí, na Escola Municipal Áurea Pires da Gama. Hoje esses estudantes caminham para o sexto período da faculdade e o projeto ganhou forças através desta experiência que deu certo.

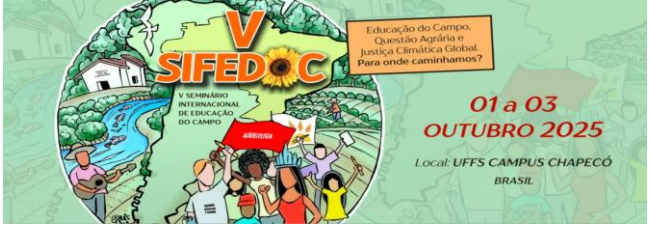


Nosso contato prosseguiu bastante intenso dentro da universidade, nos encontramos para realizar as inscrições para os editais de vaga nos alojamentos, auxílio passagem, auxílio permanência abertas duas semanas após a entrada desse grupo na faculdade e dentre outras questões, nos encontramos para comprar tickets das refeições e conhecer o campus da Universidade Rural de Seropédica, onde eles estudam. Embora os editais para o alojamento tenham surgido semanas após a entrada deles na universidade, a Coordenação do Curso da LEC, através da professora Edilene Portilho, viabilizou junto à Divisão de Residência Estudantil – DIRE e à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis o acesso imediato desse ingressantes ao alojamento. Assim como também, na ocasião do vestibular seguinte, não mediu esforços para implementar um ponto de prova na cidade de Mangaratiba.

Atualmente, esses jovens fundaram o Coletivo da Ancestralidade Quilombola - CAQ, a fim de terem uma representação universitária quilombola estadual nos movimentos nacionais. Dentre suas pautas versam as questões sobre o Auxílio Permanência, alojamento quilombola e participação nas lutas de outros coletivos universitários. Além disso, o projeto de leitura de editais segue na comunidade sendo desenvolvido por eles próprios. Atualmente, esses quilombolas universitários participam de Grupos de Pesquisa de Formação Tutorial - PET, de Iniciação à Docência – PIBID, congressos acadêmicos e Projetos de Extensão, como é o caso de Rômulo Alves, recém-chegado no Projeto 3R’s. Através destes projetos, conseguiram realizar parcerias, vivências com suas turmas na comunidade, oficinas, minicursos, atividades culturais e realizar convênios para implementação de uma sala multimídia na comunidade, como foi o caso do estudante Rômulo Alves.

Metodologia

A pesquisa teve como foco principal relatar essas experiências construídas neste projeto de dentro, relatando as estratégias, dificuldades e enfrentamentos. A pesquisa levou em consideração que a escolarização é uma demanda importante nesta comunidade. A etnografia foi escolhida como a metodologia de trabalho e escrita, a fim de se produzir uma narrativa que colocasse em evidência os processos, etapas e metodologias. De acordo com Magnani (2002):

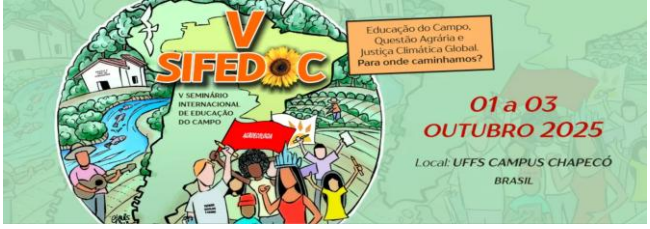


> “Este método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica, ele pode servir-se de várias; conforme as circunstâncias de cada pesquisa, ele é antes um modo de aproximação e apreensão do que um conjunto de procedimentos”. (Magnani, 2002, p.17)

A observação participante foi ferramenta utilizada na compreensão das subjetividades e comportamentos, que em geral são convertidos em hipóteses, seguida da descrição e da compreensão dos fatos e interpretação, cujo fim é a construção do significado. Entender a dinâmica da temporalidade e dos sentidos percebidos na contação de histórias pelas mulheres mais velhas e nas rodas de conversas promovidas por Dulce, Lídia e Vânia Guerra. Essas abordagens constituíram significados, que de acordo com Minayo (2019) está inserido no contexto da pesquisa qualitativa. “A abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados” (Minayo, 2019, p.22). Deste modo, o território enquanto espaço físico, espiritual e ancestral, a cultura, os costumes, os sentidos são acessados pela pesquisa, à medida em que necessitam ser descritos por eles em suas redações.

Magnani (2023) considera que esses protocolos, não podem ser entendidos somente como um conjunto de técnicas, procedimentos e ferramentas para coleta e análise de dados, como observação, anotações, entrevistas, questionários, mapeamentos (Magnani, 2023, p.86). Esta participação ativa no cotidiano da comunidade, possibilitou a realização do estudo etnográfico pretendido. Quanto aos procedimentos éticos, este projeto, foi submetido e analisado pelo Comitê de Ética, e homologada através do protocolo CAAE77030424.7.0000.0311.

A metodologia utilizada nesta pesquisa etnográfica, está na descrição dos trâmites desde meu primeiro encontro com Rita na barraca, passando por nossas reuniões para pensar uma abordagem que atingisse o maior número possível de candidatos, até definirmos o grupo de mensagens online como sendo a melhor alternativa. Até a entrada na ilha, o projeto foi passando por adequações, as dificuldades em acessar a ilha com frequência, foi superada em certa medida pela criação do grupo de mensagens, o que manteve vivo o interesse dos candidatos. Ter recebido o apoio de especialistas na condução dos trabalhos, simulados, orientação em redação de memorial e correção comentada, foi essencial para o sucesso destes candidatos, assim como o acolhimento afetuoso das anciãs que atuaram na contação



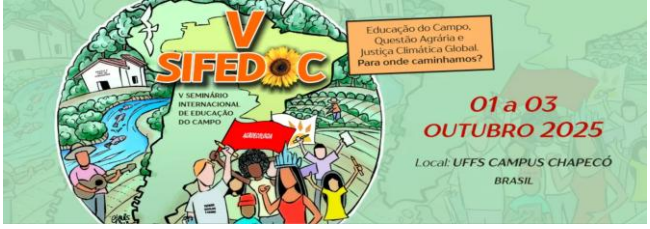
de histórias. Esses protocolos realizados nesta pesquisa não são rígidos e não são únicos, cada campo vai exigir sua metodologia, contudo o relato desta experiência, pode nortear o início de outros trabalhos, em outras comunidades, por outros leitores que se sentirem inspirados.

A experiência sensorial da escrita

Historicamente a produção literária brasileira, não evidencia a presença de pessoas negras neste campo, do contrário, parece reforçar que a escrita é uma atribuição das pessoas que ocupam a elite branca. Albert Memmi (2007), defende e ideia de que quando a classe que possui os privilégios, já está abastecida de cultura e entretenimento, para ela isso já basta, e assim funciona para os sujeitos das sociedades colonizadas e realiza esta reflexão, a partir de sua condição de escritor negro nascido na Tunísia, país colonizado pela França (Silva, 2025).

Quando analisamos a produção escrita nacional, nos deparamos com um sistema de forças coloniais que encarceram a história da população negra no Brasil, colocando a população negra em uma posição subalternizada em relação às narrativas sobre conhecimento, como se a escrita fosse uma característica inata da elite branca. Haja vista, as tentativas de apagamento de escritores negros, ilustrados como pessoas brancas, como o caso de Machado de Assis. Cida Bento (2002) ao refletir sobre a ideologia da branquitude, conclui que a elite branca ao pensar seu grupo como padrão, faz uma apropriação simbólica que fortalece a autoestima e o autoconceito deste grupo em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social".

Deste modo, ao reforçarmos a existência de autoras/es negras/os assumimos uma função compositiva na produção de subjetividade. O que culmina no resgate o protagonismo de narrativas próprias, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento social e emocional da população negra. Conceição Evaristo (2009), defende a ideia de que a Cultura Brasileira recebeu uma forte influência da cultura africana na transmissão oral, de ditados e provérbios, assim como personagens do folclore, aspectos ligados às artes em geral, à religião ou à culinária. E essa contribuição teve início no processo de escravização o período colonial imperial. Apesar do sistema colonial e da colonialidade, desde quando os europeus chegaram



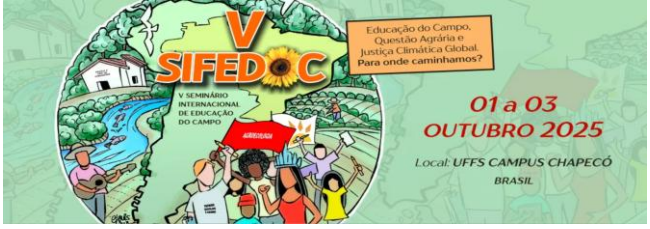
ao Brasil, dominando povos nativos e escravizando povos africanos, esses nunca se resignaram ou se deixaram dominar completamente. Em meio às ruínas da colonização e da colonialidade, povos indígenas, quilombolas e negros pensaram a partir dessas ruínas, das experiências e das margens criadas pela colonialidade. Reconstruíram outras subjetividades, outros conhecimentos e se constituíram como diferenças coloniais (Silva e Fernandes, 2023).

Este processo de escrita das memórias, atuou como uma espécie de reconstrução, que representou também dimensões pedagógicas e de pensamento, vividas a partir de experiências próprias. Em meio ao terror da colonialidade, essas dimensões foram pensadas através de visões de mundo não eurocêntricas capazes de produzir novos conhecimentos e outra compreensão simbólica do mundo, que, por sua vez, questionam a hegemonia da Modernidade/Colonialidade (Walsh, 2005). O que no nosso entendimento, é compreendido como uma forma de pedagogia.

Portanto, quando emerge esse novo conceito de pedagogias decoloniais, as afinidades entre este e as histórias e legados de povos africanos escravizados são muito fortes. Pois as pedagogias decoloniais, enquanto projeto político (a opção decolonial), faz expressar o colonialismo que construiu a desumanização dirigida aos subalternizados pela modernidade europeia e pensa a partir da ideia de uma prática política diferente, pois se trata de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que têm como horizonte de suas práticas e relações sociais a lógica epistêmica ocidental, a racialização do mundo e a manutenção da colonialidade.

Segundo Walsh (2005), a construção teórica da noção de pedagogias decoloniais, ou seja, uma práxis baseada numa insurgência educativa propositiva - portanto não somente denunciativa - onde o termo insurgir representa a criação e a construção de novas condições sociais, políticas e culturais e de pensamento, se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, é uma pedagogia concebida como política cultural, envolvendo não apenas os espaços educativos formais, mas também as organizações dos movimentos sociais.

A mesma autora afirma que esta perspectiva ainda está em processo de construção nos sistemas educativos, mas cita as formulações e práticas educacionais de Paulo Freire (1987), além das teorizações de Frantz Fanon (1983; 2005) sobre a



consciência do oprimido e a necessidade de construção da humanização dos povos subalternizados, como referências fundamentais.

No diálogo com a colonialidade e a opção decolonial em educação, durante este período de dois semestres, alguns diálogos foram construídos com os jovens quilombolas da comunidade da Ilha da Marambaia. Em oposição à ideia de vida regrada à obediência imposta através dos diversos dispositivos de violência conhecidos, muito comum aos espaços periféricos e subalternizados, foram implementadas atividades educativas com práticas libertadoras e promotoras de abertura de novos horizontes, acreditando na educação como prática de liberdade e promotora da abertura de novos horizontes (Silva e Fernandes, 2023).

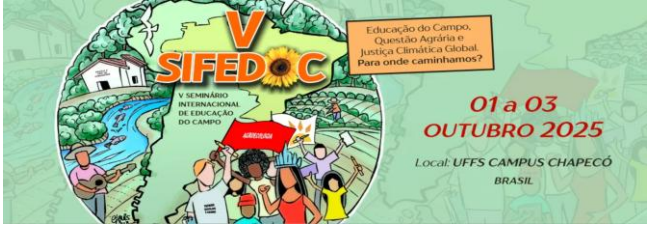
A transgressão através da educação pensada por bell hooks (2013), remete aos princípios pensados por Paulo Freire, de uma educação que considere a individualidade dos sujeitos, em um sistema de acolhimento, uma pedagogia horizontal, na crença de que o conhecimento se constrói junto e tem intrínseca relação com o território, com a construção pessoal do indivíduo e seus conhecimentos adquiridos em suas práticas de vida.

Contudo, para que se atinja este objetivo, conforme orienta bell hooks, “para educar para a liberdade, portanto, temos que desafiar e mudar o modo como todos pensam sobre os processos pedagógicos” (hooks, 2013, p.193). E foi dentro desta perspectiva, em diálogo com jovens quilombolas, que foram elaboradas as atividades de escrita sobre si, que para além das práticas tradicionais de ensino, tiveram como objetivo inserir esses jovens no mundo da escrita, que também é magia, é código, é sensorial. Escrita que também é vivência, compartilhamento de experiências, sentimentos, emoções e aquilombamento.

Escrita que Conceição Evaristo ressignificou em vivência. “A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande e sim para acordá-los de seu sono profundo” (2007, p. 21). A escrita segundo esta autora tem configurado um meio de organizar a subjetividade negra afetada pelo racismo e pelo sexismo, pensar novas formas de observar o mundo, produzir respostas políticas a uma série de desigualdades e um ato de falar em primeira pessoa, através da escrita de si.

A seguir o que Conceição Evaristo diz sobre o conceito de escrevivência:

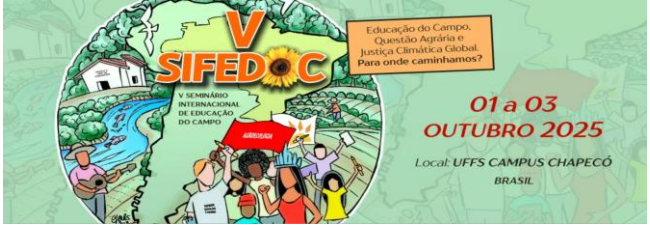
> Quando eu usei o termo é... escrevivência [...] se é um conceito, ele tem como imagem todo um processo histórico que as africanas e suas descendentes



> escravizadas no Brasil passaram. Na verdade, ele nasce do seguinte: quando eu estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, é... me vem muito na memória a função que as mulheres africanas [tinham dentro das casas-grandes escravizadas, a função que essas mulheres tinham de contar história para adormecer os da casa-grande, né... a prole era adormecida com as mães pretas contando histórias. Então eram histórias para adormecer. E quando eu digo que os nossos textos, é..., ele tenta borrar essa imagem, nós não escrevemos pra adormecer os da casa-grande, pelo contrário, pra acordá-los dos seus sonos injustos. E essa escrevivência, ela vai partir, ela toma como mote de criação justamente a vivência. Ou a vivência do ponto de vista pessoal mesmo, ou a vivência do ponto de vista coletivo. (Evaristo, 2017a, grifos nossos)

A escrita passou a ser nossa ferramenta durante as sessões de trabalho. Memórias do chão do terreiro de casa, das lidas diárias, das experiências de relações de convivência, do que se pensava para o futuro da comunidade, foram registradas pelos jovens do projeto. Por terem vivido algumas interrupções abruptas em seu modo natural de vida, percebemos a necessidade de realizar uma interlocução com os mais velhos e neste contexto, Dona Dulce e Dona Lídia foram imprescindíveis e assertivas. Dona Lídia, na ocasião membra da diretoria da comunidade, contribuiu com o coletivo tanto na correção gramatical, pois é professora de formação, quanto na contação de histórias dos ancestrais da ilha. Abarcando o campo da cultura da pesca, dos períodos da tainha, a partir de sua experiência como pescadora. Dulce fez uma abordagem mais para o campo afetivo, das relações de parentesco e apadrinhamento, relembrando locais de nascimento, fazendo uma relação com os espaços físicos, estações do ano, com o que faziam para divertir as crianças pois não havia energia elétrica na ilha, sobre a troca de dentição e as simpatias e dentre outras questões, as escolhas dos nomes. Já Vania Guerra, trouxe as experiências em torno da posse do território, da luta coletiva pela titularização das terras, também a história dos ancestrais da ilha que habitaram as ruínas.

Esta vivência coletiva promovida por estas mulheres reavivou a memória dos jovens, que aos poucos começaram a participar dos assuntos, complementando com o que eles conseguiam lembrar, sobre o seu território que é corpo. Assim como elaborou Beatriz do Nascimento, o corpo-território transcende, e está para além do espaço físico (Ratts, 2006), é morada, abrigo e corpo político e travessia. Aprendi nesses encontros o sentido das partilhas de saberes, alimentos, experiências de quem experimenta a prática diária de uma vida compartilhada. E nesses aquilombamentos,



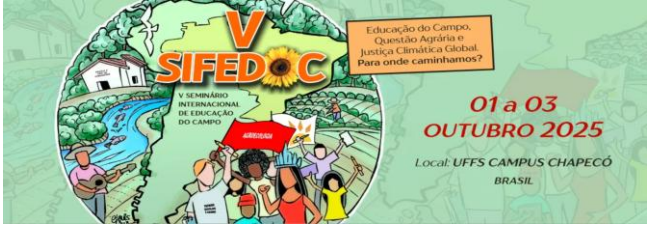
promovidos por esta roda, refletir sobre o quanto precisamos retomar o uso dessas essas práticas ancestrais de existência, principal tecnologia acessada por este coletivo que caminhou junto, em prol de alcançar o ensino superior e cuja luta atualmente, versa sobre as questões de permanência.

Conclusão

A comunidade da Marambaia, assim como muitos quilombos no Brasil, enfrenta dificuldades em relação à escolarização dentro do território. Por se tratar de uma ilha, aqueles que desejam se profissionalizar, por vezes, optam por morar fora, o que tem configurado um motivo de saída definitiva da ilha. A perda gradual de membros pode dificultar a implementação de políticas públicas, no geral ofertadas a partir de um número significativo de famílias, além da manutenção do território estar relacionada à permanência dos seus membros. O que possivelmente conflua com o pensamento de Das e Poole (2008), quando o Estado performa uma atuação fantasmagórica, que leva à produção de margens, reforçando as relações coloniais atravessam as mentalidades daqueles que reforçam as burocracias, em torno dos direitos destas populações.

O mundo da escrita é perverso com as pessoas negras, o que não foi diferente à Conceição Evaristo, cujo conceito de escrevivência alimentou os processos de escrita deste texto. O afeto, a busca por recursos e o cuidado, são o ponto alto deste trabalho, exemplificados pela perseverança da Rita Marçal, na contação de histórias e memórias de Dona Dulce, Dona Lídia e Vânia Guerra, o quanto as mulheres têm construído uma rede de cuidados, fazendo do território um espaço desejado, onde a permanência é possível, procurando suprir as carências, responsáveis pela saída permanente de membros do território. O aquilombamento está presente neste feminino, sob a forma afetuosa de relacionar o sentido do “devir quilomba” conceituado por Mariléa de Almeida.

As mudanças ocorridas na vida destes estudantes universitários quilombolas, não foram as precursoras da formação política ou da formação de lideranças, estas são anteriores ao seu acesso à universidade. O Coletivo da Ancestralidade Quilombola - CAQ, criado por eles é a maior prova de que a luta é ensinada desde cedo, fortalecendo a ideia disseminada por eles de que “quintal de casa é local de formação política no território. Nossa escolha é diária de caminhos por onde transitar,



como se relacionar com o mundo em nosso entorno, quais trajetos estamos construindo, pode falar por nós e determinar nossas aproximações e afastamentos. Finalizo este texto desejando que nossas escolhas, nos levem sempre para um lugar de afeto junto aos nossos pares.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mariléia de**. Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas.** São Paulo: Elefante, 2022.

DAS Veena e Poole, Deborah. **El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas.** Revista Académica de Relaciones Internacionales, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM.

EVARISTO, Conceição. (2009). **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade.** *Scripta*. v.13, n.25, p. 17-31

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas.** Rio de Janeiro: Ed. Fator, 1983.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, Bel. ***Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MAGNANI et al. **Etnografias urbanas: quando o campo é a cidade.** Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

MAGNANI, J.G.C. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.17, n.49, 2002.

MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu**. Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Editora Vozes Limitada, 2019.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

SILVA, Fabiana da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Penso, mas não existo: por uma educação decolonial para a existência.** *In*: Tempos de esperançar: antigas e novas insurgências. Editora Zona Oeste Escrita: Rio de Janeiro, 2023. 157-168.

SILVA, F. H. da. **Comunidade quilombola da Ilha da Marambaia: protagonismos, resistências e agenciamentos da vida cotidiana**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2025. 90 f.: il.

WALSH, Catherine. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial.** Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005.